

---

## Como comunicamos importa: a escolha de palavras na cobertura jornalística do *apartheid* israelense<sup>1</sup>

Alessandro FERNANDES<sup>2</sup>

Riverson RIOS<sup>3</sup>

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

### RESUMO

A cobertura jornalística do *apartheid* israelense na Palestina pela mídia hegemônica brasileira frequentemente é retratada como conflito ou uma guerra de dois lados com o mesmo poderio militar. A fim de elucidar o tratamento dado pela imprensa, analisamos a abordagem da Questão Palestina através de exemplos dos dois mais lidos jornais do país, O Globo e Folha de São Paulo, com recortes de notícias em períodos de forte repercussão pela mídia nacional: a criação do Estado de Israel (1948), a Primeira Intifada (1987-1993) e a Segunda Intifada (2000-2005). A partir desses eventos pretende-se realizar uma abordagem crítica das palavras utilizadas, com elementos do discurso midiático, memória declaratória da mídia, influência de agências internacionais e a persistência das posições editoriais dos dois jornais ao longo do tempo.

**PALAVRAS-CHAVE:** cobertura jornalística; Palestina; discurso midiático; O Globo; Folha de São Paulo.

### INTRODUÇÃO

A colonização israelense no território palestino é fonte de uma ampla cobertura pela mídia internacional, especialmente pelas agências de notícias do Ocidente, como Reuters, Associated Press, EFE e France Press, que exercem grande influência no jornalismo internacional no Brasil. Mas isso não necessariamente representa uma cobertura qualificada e que apresente os fatos com profundidade.

Apesar de árabes, judeus e cristãos terem convivido em comunidade durante boa parte da história do que hoje é o denominado Estado de Israel, a situação se modificou

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 1º semestre do Curso de Jornalismo da UFC, e-mail: [alessandro.monteirofernandes@gmail.com](mailto:alessandro.monteirofernandes@gmail.com).

<sup>3</sup> Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da UFC, e-mail: [riverson@ufc.br](mailto:riverson@ufc.br).

com o crescimento do movimento sionista<sup>4</sup> na Europa por volta do século XIX, tendo por um dos mais influentes intelectuais o jornalista Theodor Herzl, um judeu austro-húngaro que publicou o livro *Estado Judeu* em 1896 e pregava a ocupação da Palestina como um direito de retorno da diáspora judaica. Apesar de o escritor ter considerado outras possibilidades, a Palestina possui um importante valor simbólico e religioso para os judeus, além de se localizar em uma região estratégica, próxima da Europa, onde a maior parte da população judia residia na época.

Apoiado pelas principais potências ocidentais, inclusive pelo Império Britânico, que ocupou a Palestina entre 1920 e 1948, o movimento sionista ganhou aval e legitimidade de boa parte da comunidade internacional. A Inglaterra, por exemplo, através da Declaração de Balfour<sup>5</sup>, demonstrou o seu interesse na criação de um Estado nacional judeu, em troca do apoio destes na I Guerra Mundial.

A partir daí seguem-se dolorosas ações que afetaram o povo palestino, desde a partilha do território pela ONU em 1948, sem a aprovação da maioria dos palestinos que ali viviam (Buzetto, 2015), aos posteriores ataques e investidas, já que o sionismo tem como meta a ocupação total da Palestina. Assim, derivaram-se inúmeros ataques de 1948 até os dias atuais, não sem contar a resistência palestina, que luta bravamente pela autodeterminação de existir e permanecer no território.

Desse modo, dada a relevância da cobertura midiática da Questão Palestina<sup>6</sup> no Brasil, tendo em vista que a comunidade judia e a diáspora palestina exercem uma significativa influência no debate, além dos acordos comerciais entre Brasil e Israel

---

4 O sionismo é um movimento político de autodeterminação do povo judeu surgido na Europa entre o final do século XIX e início do século XX em meio ao antissemitismo e perseguições sofridas pelos judeus na época. O movimento defende a existência de um Estado nacional e o retorno da diáspora judaica para um só país, sendo assim, de caráter nacionalista. Dessa maneira, o sionismo justifica a ocupação da Palestina a partir de 1948 como um ato legítimo.

5 A declaração de Balfour foi uma carta redigida pelo então Secretário Britânico dos Assuntos Estrangeiros, Arthur James Balfour, no ano de 1917, endereçada ao Barão Rothschild, líder da comunidade judaica no Reino Unido. O conteúdo da carta declarava apoio irrestrito à criação do Estado judeu na Palestina caso a Inglaterra conseguisse derrotar o Império Otomano, que dominava a região na época. Apesar de ser um documento que a princípio não possuía poder político de decisão, foi um marco importante em relação ao apoio que grandes potências econômicas dariam para a realização dos objetivos sionistas.

6 A Questão Palestina é um termo que se refere às lutas do povo palestino de 1948, com o início da ocupação israelense no território, até os dias atuais, engloba todos os acontecimentos e luta do pela autodeterminação.

durante sucessivos governos, analisaremos a cobertura midiática a partir de notícias dos jornais Folha de São Paulo e O Globo, uma vez que são os dois mais lidos do país e que influenciam significativamente a opinião pública. As matérias estão relacionadas à criação do Estado de Israel (1948), Primeira Intifada (1987-1993) e Segunda Intifada (2000-2005), selecionadas a partir da visibilidade que esses acontecimentos tiveram no Brasil, assim como a relevância para a história da Questão Palestina.

A partir dos exemplos coletados, discutiremos a escolha de palavras feita pelos jornais e como isso impacta a maneira como a notícia é lida. Por fim, apresentaremos outras possibilidades da cobertura midiática da Questão Palestina no Brasil, a partir do trabalho que vem sendo feito pelas iniciativas de jornalismo contra hegemônico.

### **1. A abordagem da questão Palestina na mídia brasileira**

A cobertura dos acontecimentos na Palestina ganhou proporção mundial a partir da ocupação ilegal de parte do povo judeu que reivindica o território como o lar único e natural, posição sustentada pelo movimento sionista. O ano de 1948 marca o período em que o território foi dividido pela Organização das Nações Unidas (ONU), sem aprovação da maioria dos palestinos nativos que ali viviam, conhecido em árabe como “Al-Nakba” (A catástrofe). Apesar de o sionismo existir desde o fim do século XIX e o desejo de ocupar a Palestina tenha início antes de 1948, dois fatores importantes contribuíram para a aceitação pelas principais potências internacionais. O primeiro deles é o apoio dado pelo Império Britânico através da declaração de Balfour, em 1917, que embora não autorizasse nenhuma ação, foi importante para legitimar na Europa o desejo de parte da comunidade judaica de ocupar o território palestino, já o segundo fator crucial para esse apoio foi a perseguição e o genocídio praticado pela Alemanha Nazista contra os judeus durante a II Guerra Mundial. A criação do Estado de Israel impactou boa parte do planeta e foi capa da edição da Folha da Manhã no dia 15 de maio de 1948:

**Figura 1** – Capa da Folha da Manhã de 15 de maio de 1948, dedicada ao nascimento do Estado de Israel, chamado de Nakba (catástrofe em árabe) pelos palestinos



Fonte: acervo Folha

Ademais, a presença das diásporas judaica e palestina no Brasil contribuem para um interesse da opinião pública sobre os acontecimentos do território palestino, assim como o estabelecimento de acordos entre o Estado de Israel e o Estado brasileiro em diferentes áreas econômicas. Apesar disso, grande parte das notícias internacionais veiculadas no Brasil são filtragens de agências especializadas, como Reuters, Associated Press, France Press, EFE (Taublib, 2020), situadas nos Estados Unidos e Europa, o que dificulta a presença de um enviado especial ou correspondente no local que esteja em contato direto com a redação e possa explorar com profundidade os acontecimentos. Assim, o Brasil se torna refém de narrativas construídas no Norte Global, especialmente após os eventos do 11 de setembro, marco histórico que intensifica as investidas dos Estados Unidos contra o mundo árabe. Para Guedes, Dias e Sousa (2011), o Ocidente construiu uma narrativa de que os povos do Oriente, aqui especialmente do Oriente Médio, são bárbaros, antidemocráticos, atrasados e, portanto, vistos apenas por uma ótica negativa, reforçada pelas declarações de que Israel é a única democracia do Oriente Médio, mas não se conta, por exemplo, que o Estado de Israel comanda um empreendimento sofisticado de colonização e limpeza étnica, considerado por muitas organizações de direitos humanos como um *apartheid*, tendo violado, inclusive, convenções internacionais sobre crimes de guerra. No entanto, a notícia da criação do Estado de Israel em 1948 foi bem recebida por grande parte da mídia, transmitindo o alívio sentido pelo povo judeu em possuir um território próprio, mesmo este tendo sido forjado a custa da desocupação de milhares de vilas e casas palestinas, como pode-se ver na capa de O Globo um dia após o anúncio oficial da divisão do território em duas nações pela ONU.

**Figura 2** – Capa do jornal O Globo de 15 de maio de 1945, parabenizando a criação do Estado de Israel



Fonte: acervo O Globo

Leite e Pereira (2016) ao analisarem a cobertura do Hamas<sup>7</sup> pelo Jornal da Record entre 11 e 15 de agosto de 2014 ressaltam que a cobertura jornalística e o discurso empregado em uma notícia envolvem fatores políticos, econômicos e ideológicos, o que significa muitas vezes a sujeição de jornalistas às orientações políticas de pequenos, mas poderosos grupos empresariais. Ao certo, o olhar dado à região e à população Palestina por grande parte da mídia brasileira é carregada por preconceitos e julgamentos etnocêntricos, como a associação dos árabes a terroristas e a religião islâmica como inimiga das democracias modernas, assim, “nenhuma informação deixa de ser filtrada, e isso ocorre a partir dos ideais do repórter, do editor, do apresentador e da empresa que estes profissionais representam” (LEITE, PEREIRA; 2016, p. 4).

Uma das grandes problemáticas relacionadas à cobertura da Questão Palestina na mídia brasileira é a fragmentação da notícia, naturalização e complexificação da colonização israelense na Palestina. Como a massificação da noticiabilidade dos acontecimentos no território palestino ganha ênfase em momentos específicos, fica difícil para muitos leitores, ouvintes e telespectadores compreenderem a historicidade da ocupação e a percepção do desenrolar da situação, o que pode gerar uma naturalização aparente, ou seja, a percepção de que aquilo acontece há muito tempo e que, portanto, é algo muito complexo e de difícil resolução. Entretanto, como aponta Huberman (2021) todo conflito internacional é complexo, não há simplicidade nos

<sup>7</sup> O Hamas é uma organização islâmica de orientação sunita na Palestina que governa a Faixa de Gaza desde 2007, é a mais importante organização religiosa. É constituído por uma entidade filantrópica, com um braço político e outro armado, conhecido como Brigadas Izz ad-Din al-Qassam. É frequentemente associado ao terrorismo e ao extremismo islâmico pela mídia hegemônica.

acontecimentos de um lugar, mas a narrativa de que a Questão Palestina é de alta complexidade serve mais para justificar a ocupação sionista do que explicar o conflito em si. Para Charaudeau (2013, p. 42), “palavras usadas em situações recorrentes pelos mesmos tipos de locutores acabam por tornar-se portadoras de determinados valores”, assim, as expressões aqui identificadas estão presentes nas coberturas nos mais diferentes momentos da história da ocupação da Palestina, recicladas e reutilizadas para modelar um discurso permanente com nenhuma ou poucas modificações, o que se torna mais visível a seguir com os exemplos trabalhados.

A Primeira Intifada<sup>8</sup>, um dos eventos de grande importância para a compreensão da colonização do território palestino, surgiu a partir da indignação do povo palestino contra a ocupação israelense, especialmente com a presença de colonos judeus ilegais em terras que não eram de posse do Estado de Israel. Iniciou-se no ano de 1987, no norte da Faixa de Gaza, resultando em inúmeros confrontos desproporcionais entre palestinos e as Forças de Defesa Israelense (IDF), tendo em vista que os principais instrumentos de luta dos palestinos eram pedras e pedaços de madeira. Nesse período, Israel foi muito criticado pela comunidade internacional e pelos meios de comunicação. O Globo, por exemplo, passou a transmitir muitas das críticas feitas por órgãos de direitos humanos, como a ONU, entretanto, continuou a manter sua posição de legitimidade à existência do Estado de Israel, referindo-se mais uma vez como um conflito, ou simplesmente uma luta, como na manchete da notícia a seguir.

Figura 3 – Recorte da capa de O Globo de 9 de outubro de 1990



Fonte: acervo O Globo

<sup>8</sup> Intifada é uma palavra árabe que em sua etimologia significa agitação, levante, revolta. A Primeira Intifada foi de 1987 e só terminou em 1995, com a conclusão dos acordos de Oslo, extremamente criticados por organizações palestinas mais radicais, intelectuais e organizações de esquerda pelo mundo.

---

O ofuscamento da Questão Palestina na mídia brasileira hegemônica como um conflito entre duas párias ou uma guerra com poderios militares semelhantes serve para construir um discurso que não corresponde à história, uma vez que enquanto a Palestina sequer possui um exército nacional, apenas braços armados de organizações políticas locais, Israel é o quarto país mais bélico do planeta. Essa posição é reforçada por Charaudeau ao dizer que: “quanto ao conflito israelense-palestino, o projetor midiático orientou-se alternadamente para os perseguidores e para as vítimas dos dois campos” (2013, p. 239).

A Segunda Intifada, de 2000 a 2005, reafirma as narrativas jornalísticas em torno da Questão Palestina, com um apelo ao suposto acordo de paz frustrado por sucessivos desentendimentos entre as duas nações. A ineficiência dos acordos de Oslo e o recrudescimento do Estado de Israel sob o território Palestino levou mais uma vez a população a se revoltar contra a dolorosa realidade colonial imposta. Barbosa (2017) discute sobre o termo da memória declaratória da mídia, isto é, historicamente meios de comunicação produzem narrativas discursivas que reatualiza contextos e produz sempre uma realidade que se repete. Se pensarmos na Questão Palestina a partir dessa ótica, pode-se perceber como determinados acontecimentos são centrais para o pano de fundo da construção das notícias: dois países que estão em conflito há anos, uma única solução que passa pela construção de dois estados, tentativas sempre falhas ou parcialmente falhas na obtenção dessa paz. Não há nada mais comum do que se referir à Questão Palestina meramente como um conflito, e apesar da abundância do tema na mídia brasileira, quase não há contextualizações históricas, como destaca Carvalho (2021).

Como se sabe, é impossível produzir uma matéria com imparcialidade, uma vez que a subjetividade influencia na construção de um texto, mas é essencial a transmissão de informações com ética e responsabilidade, respeitando reivindicações e publicizando a luta de um povo pela sobrevivência e reconhecimento das terras palestinas aos povos que ali viviam. Com isso, procuramos apresentar na próxima seção as principais expressões e palavras usadas para caracterizar a relação entre Israel e Palestina,

desmistificando e propondo novas formas de construção do texto jornalístico nas coberturas envolvendo o tema.

## 2. Conflito ou *apartheid*? Confronto ou Colonização? Guerra ou limpeza étnica?

As últimas páginas procuraram trazer a cobertura da mídia brasileira da Questão Palestina, suas implicações no discurso produzido e o impacto das narrativas criadas no imaginário da população. É claro que as palavras utilizadas e a maneira como a comunicação se constrói impacta na interpretação do fato, como diz Foucault (1996, p.6 e 7) “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, [...] esquivar sua pesada e temível materialidade”. Desse modo, a maneira como a Palestina é enxergada pela mídia brasileira envolve questões ideológicas, políticas e de interesses econômicos.

Vejamos, por exemplo, como O Globo noticiou um dos ataques da Segunda Intifada provocada pelos palestinos durante o Ano Novo judeu:

**Figura 4** – notícia de 30 de setembro de 2000, dois dias após o início da Segunda Intifada



Fonte: acervo O Globo

É notável a utilização de palavras como “confronto” e “disputa” – reforçando o que foi discutido nas páginas anteriores em relação à decisão de apresentar uma dualidade – potencializa uma disputa entre semelhantes. Da mesma forma, a Folha de São Paulo traz

uma notícia com palavras similares na edição do dia 04 de outubro de 2000.

Figura 5 – notícia do jornal Folha de São Paulo de 04 de outubro de 2000



Fonte: acervo Folha

Mais uma vez, é perceptível a utilização de palavras como “conflito”, ou o comentário da página do lado direito que diz “confrontos dos últimos dias colocam os dois lados desempenhando antigo papel de inimigo”. Esse discurso se torna presente nos principais jornais do país e é praticamente atemporal, acompanhando o mesmo estilo de cobertura, com raríssimas exceções, como quando imagens de crianças palestinas mortas e feridas e os ataques cruéis das Forças de Defesa Israelense chocam o mundo. É aí que surgem dúvidas sobre como tratar esse tema, é conflito ou *apartheid*? Confronto ou colonização? Guerra ou limpeza étnica? Como Huberman (2021) apresenta, é compreensível que se nomeie conflito, desde que seja frisado que se trata de um conflito colonial, pode-se usar guerra, desde que enfatize que se trata de uma guerra colonial. Embora a caracterização do regime israelense como *apartheid* divida a opinião de especialistas e estudiosos, o grupo de direitos humanos israelense B’Tselem publicou um relatório<sup>9</sup> apresentando que Israel vive um regime de *apartheid*, assim como a Humans Right Watch<sup>10</sup>, que também acusa Israel de segregação étnica.

O cientista social brasileiro Buzetto (2015) esclarece que “desde os primeiros dias de sua existência, o governo sionista impediu a criação do Estado palestino,

9 Disponível em: [https://www.btselem.org/publications/fulltext/202101\\_this\\_is\\_apartheid](https://www.btselem.org/publications/fulltext/202101_this_is_apartheid). Acesso em: 26 de jun. 2021.

10 Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2021/04/27/threshold-crossed/israeli-authorities-and-crimes-apartheid-and-persecution>. Acesso em: 26 de jun. 2021.

---

desrespeitando com isso a resolução 181 da ONU, que previa a constituição de dois Estados” (2015, p. 52). Além disso, acrescenta que Israel mantém “uma política de assassinatos seletivos de lideranças políticas palestinas, e de prisão e perseguição em massa” (2015, p. 63). O país ainda foi além ao construir o Muro da Cisjordânia, com cerca 760 km de extensão, que divide o Estado de Israel da Palestina, considerado ilegal em 2004 pelo Tribunal Penal Internacional, já que o muro corta terras palestinas e isso significa anexação de território, entretanto, Israel ignora até hoje a decisão do TPI.

Outra atitude tomada por Israel é a suavização de expressões relacionadas à sua relação com a Palestina, como referir-se ao muro do *apartheid* como barreira de separação ou a expulsão forçada de palestinos de suas casas como um simples despejo. Assim, encontra-se mais uma vez o poder do discurso de mascarar e produzir uma narrativa que atenda a determinados interesses políticos e econômicos. Ademais, enquanto em 15/06/2021, 56,9% da população israelense estava totalmente vacinada contra o vírus da Covid-19, apenas 5,6% da população palestina recebeu as duas doses da vacina ou dose única, sem contar as inúmeras perseguições, desapropriações forçadas e práticas de agressão contra palestinos que

nos leva a questionar a legitimidade da existência de um Estado que, do nascimento até os dias atuais, só praticou a violência, o massacre, a limpeza étnica, o genocídio e o mais profundo desprezo pelos princípios fundamentais do direito internacional humanitário e dos direitos humanos (BUZETTO, 2015, p. 108).

O que está sendo colocado aqui é a necessidade de produzir conteúdo e transmitir informações que explicitem o caráter contraditório da existência do Estado de Israel e que a situação não é tão complexa assim quanto é apresentada pelas mídias hegemônicas. O papel dos meios de comunicação é explicitar o caráter colonialista e racista do sionismo, que, ao contrário de alguns apontamentos, ser antissionista não significa ser antisemita, apresentar as contradições de uma teoria que promove a desumanização do povo palestino é diferente de atentar contra a existência do povo judeu, pelo contrário, há, inclusive, pessoas judias que são antissionistas.

---

### 3. A Palestina na mídia: outras possibilidades

Vimos anteriormente que a cobertura feita da Questão Palestina pela mídia tradicional brasileira historicamente produziu uma narrativa legitimando o sionismo e a criação do Estado de Israel no território palestino, produzindo informações que influenciam os leitores a interpretar os fatos como um conflito prolongado e dicotômico. As palavras conflito, confronto e guerra, comuns nas principais matérias que cobrem o tema, podem ser facilmente substituídas por conflito colonial, colonização, limpeza étnica e *apartheid*, assim um veículo de comunicação que preze pela democracia, igualdade de fato, respeito à diversidade, coexistência pacífica e contra o preconceito racial e o imperialismo capitalista deve se prestar ao papel de comunicar aos leitores, ouvintes e telespectadores a real situação da Palestina e do povo palestino oprimido.

Com o advento de canais alternativos, como redes sociais e jornais independentes contra hegemônicos, a narrativa sionista vem sendo desconstruída e parte da população brasileira passa a ter acesso a outras fontes de informação. Como apresenta Stern (2015), o Facebook possibilita a criação de páginas, grupos de discussão e pessoas que produzem conteúdo desvinculado dos meios de comunicação convencionais, tanto ativistas da Questão Palestina como defensores do Estado de Israel. Crescem páginas em outras redes que procuram informar especificamente sobre pautas relacionadas ao tema, como a conta do Instagram da Juventude Sanaúd no Brasil (juventude palestina) que possui mais de 20 mil seguidores, ou a conta estadunidense *Jewish Voice for Peace* (grupo judeu nos EUA que apoia a libertação da Palestina) com mais de 300 mil seguidores. Entretanto, é comum os relatos de ativistas e grupos organizados na internet sobre a remoção de posts relacionados à Questão Palestina de redes sociais como Instagram, Facebook e Twitter, inclusive, o Facebook é acusado de deletar contas de militantes palestinos que lutam pela libertação do seu povo (Biddle, 2021). Todavia, é cada vez mais comum no Brasil a presença de jornais independentes contra hegemônicos que possuem uma linha editorial contrária ao sionismo e ao *apartheid*, como, por exemplo, os jornais Brasil de Fato, Revista Opera, Opera Mundi, Outras

---

Palavras, Monitor do Oriente Médio e muitos outros.

Entretanto, é importante lembrar que linhas editoriais podem mudar, como Ogassawara (2019) trouxe em um relevante estudo mostrando que o *Le Monde Diplomatique*, importante jornal de orientação progressista na França, ao longo do tempo mudou seu posicionamento em relação à Israel, sendo hoje uma publicação que se coloca contrária aos interesses israelenses na Palestina. Apesar disso, até recentemente, a maioria das publicações no Brasil insistem em fortalecer o discurso dos “dois lados”, mesmo que em alguns momentos estas sejam mais críticas às ações israelenses ou palestinas, via de regra a legitimação do Estado colonialista de Israel permanece nas notícias voltadas a cobertura do conflito israelo-palestino. Além disso, ainda somos vítimas de agências de notícias internacionais que realizam uma cobertura com base nos interesses dos países do Norte Global, uma vez que a grande parte delas se localizam na América do Norte ou Europa, além de que a cobertura se torna “limitada na medida em que muitas matérias dos jornais apenas reproduzem as informações das agências de notícias e expõem os discursos de cada lado do conflito” (TAUBLIB, 2020; pg. 45). Assim, fortalecer mídias independentes contra hegemônicas, algumas citadas acima, possibilita a difusão de informações sobre a Questão Palestina, que não estão presentes nas empresas jornalísticas tradicionais, e a produção de um discurso que seja fiel aos fatos, ao mostrar a realidade do povo palestino submetido a um regime de *apartheid*. Ademais, a opinião pública, ao pressionar e exigir dos jornais *mainstream* brasileiros a reprodução dos fatos com as devidas críticas a Israel, pode abrir caminhos para uma futura cobertura que seja mais fidedigna com a história da Palestina e das atrocidades as quais os povos nativos são submetidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho apresenta como objetivo principal a análise da cobertura midiática do conflito colonial israelo-palestino a partir de notícias dos dois jornais mais lidos do país, O Globo e Folha de São Paulo, em momentos de forte cobertura dos

---

acontecimentos ou de importante relevância para a compreensão da Questão Palestina. Assim, a criação do Estado Israel em 1948, a Primeira Intifada (1987-1995) e a Segunda Intifada (2000-2005) foram os recortes utilizados para o presente estudo. Tendo como suporte materiais na área do discurso, manipulação midiática e produção de memória, além do auxílio de notícias colhidas nos acervos de O Globo e Folha de São Paulo, foi possível compreender os fatores que elucidam os questionamentos levantados durante o texto. No entanto, há limitações, uma vez que esse é um estudo localizado em momentos específicos e com o uso de dois objetos de referência, não pretendendo-se esgotar o tema, pelo contrário, procura-se instigar a realização de mais pesquisas e com maior abrangência, com outros veículos de comunicação, formatos e recortes históricos.

Este artigo buscou entender de maneira crítica como as editoriais internacionais de O Globo e Folha de São Paulo trataram o tema ao longo dos períodos trabalhados. Embora a Palestina não tivesse espaço na cobertura internacional no Brasil antes de 1948, a criação do Estado de Israel potencializou os interesses dos jornais estudados na produção de notícias da região. É interessante perceber que tanto O Globo como a Folha parabenizaram e consideraram positiva a partilha da Palestina e o estabelecimento dos judeus no território, tendo em vista a grande comoção internacional após a perseguição Nazista do povo semita e o valor religioso daquelas terras para os judeus. Contudo, um dos problemas encontrados é sempre a grande presença de agências de notícias internacionais nos jornais brasileiros, mesmo nas empresas da grande mídia, o que não desqualifica o trabalho, mas impede uma interpretação e visão do jornalista, do veículo de comunicação e do olhar nacional para o tema.

Assim, é indissociável a relação entre a produção da matéria e o caráter subjetivo de quem a escreve e edita, sendo possível observar que o posicionamento dos dois jornais se repete na cobertura da Primeira e Segunda Intifada, consolidando um discurso de legitimação do *apartheid* praticado contra o povo palestino por Israel. Mesmo com algumas nuances observadas em algumas notícias, com manchetes mais críticas às práticas coloniais israelenses, é possível observar que O Globo e Folha de São Paulo utilizam da dimensão declaratória da memória, isto é, para além da produção e

manipulação de um discurso, ambos os jornais ressuscitam palavras que sempre se repetem ao longo das coberturas, o que nos levou a questionar essas escolhas, em nomear ou não nomear a Questão Palestina com determinadas palavras, como, por exemplo, dificilmente os jornais trabalhados nesse texto se referirão ao conflito israelo-palestino como uma limpeza étnica, colonização ou *apartheid*, a não ser que haja uma mudança brusca na linha editorial dessas empresas no futuro.

Por fim, procuramos mostrar outras possibilidades à cobertura da Questão Palestina pelos meios de comunicação, dando ênfase às iniciativas de jornalismo independente contra hegemônico no Brasil, que, se comparados aos jornais *mainstream*, possuem outra política editorial e produzem um discurso diferente do tradicional, o que enfatiza a existência de narrativas diversas que buscam capturar o imaginário da sociedade e produzir uma visão de mundo alinhada a determinados interesses.

Assim, a partir do material analisado, considera-se o caráter decisório de O Globo e Folha de São Paulo em produzir discursos que justificam e até certo ponto valorizam as ações israelenses, justificadas com base nas narrativas empregadas, na recorrência do uso das mesmas palavras e na produção de uma memória que está sempre sendo resgatada a cada nova tensão entre as duas nações.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. C. Manipulação midiática ou a dimensão declaratória da memória? **E-Compós**, v. 20, p. 1-17, 2017. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1380>. Acesso em: 23 jun. 2021

BIDDLE, Sam. FACEBOOK APAGA CRÍTICAS A ISRAEL QUE USEM O TERMO ‘SIONISTA’. **The Intercept Brasil**. Rio de Janeiro. Maio 2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/05/24/facebook-criticas-israel-sionista/>. Acesso em: 24 maio 2021.

BUZETTO, M. *A questão palestina: guerra, política e relações internacionais*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. v. 1000. 223p.

---

CARVALHO, Juliana F. Palestina e Israel: memórias em disputa em uma reportagem do Jornal Hoje. **TEMPORALIDADES**, v. 12, p. 389-407, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/26391/23075>. Acesso em: 13 de jul. 2021.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias*. 2º ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996

GUEDES, J. V.; DIAS, L.; SOUSA, R. A Mídia Ocidental e os povos Árabes – uma relação de preconceito e generalizações. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE, 23. 2011, Cuiabá. **Anais eletrônicos...** Cuiabá: Intercom, 2011. p. 1-15. Disponível em: <http://intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2011/resumos/R27-0044-1.pdf>. Acesso em 3 de jun. 2021.

HUBERMAN, Bruno. Desmistificação da narrativa sionista. YouTube, 29 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DePFs31T-Ds>. Acesso em: 16 de jun. 2021.

LEITE, S. J.; PEREIRA, Nivaldo. Mídia e Etnocentrismo: abordagem do Movimento de Resistência Islâmica (Hamás) pelo Jornal da Record. Revista Anagrama (USP), v. 10, p. 1-16, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/108972/107445>. Acesso em: 04 de jun. 2021.

OGASSAWARA, Juliana Sayuri. Impasses históricos: Israel-Palestina na perspectiva de Le Monde Diplomatique. E-COMPÓS (BRASÍLIA), v. 23, p. 1-21, 2018. Disponível em: <https://e-compos.org.br/e-compos/article/view/1553/1953>. Acesso em: 24 de jun. 2021.  
**OLIVEIRA, D.** Fronteiras do jornalismo no espaço midiático: A real dimensão da função ideológica da informação jornalística. **Revista PJ:Br** (São Paulo), v. 01, p. 05, 2005. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/GT1013.pdf>. Acesso em: 24 de jun 2021.

STER, Tamara. **O conflito Israelo-palestino na mídia e a rede social como fonte de informação alternativa**. 2015. 62 p. Monografia (Publicidade e Propaganda) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

TAUBLIB, Elissa Griner. GUERRA DE DISCURSOS: um estudo comparado da cobertura jornalística do conflito árabe-israelense. **Miguel**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 37-54, 16 jun. 2020. Faculdades Católicas. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/48588/48588.PDF>. Acesso em: 14 de jul. 2021.